UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2012 A ABRIL DE 2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	144.144,26		144.144,26
Pessoal Ativo	130.947,51		130.947,51
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.196,75		13.196,75
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1° da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1° da LRF) (II)	23.688,40		23.688,40
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	10,39		10,39
Despesas de Exercícios Anteriores	14.709,31		14.709,31
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.968,70		8.968,70
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	120.455,86		120.455,86
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			621.158.840,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,019392%	0,000000%	0,019392%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,036802%			228.598,88
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,034962%			217.168,93
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 0,033122%			205.738,99

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
2) As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor total de R$ 27,61 mil, relativas às despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012 – TCU – Plenário.
3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R$ 115,54 mil.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Alencar Minoru Izumi
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

Edna Maria Massulo Elias
Diretora do Serviço de Controle Interno - Substituta

Francisco das Chagas Lima Filho
Desembargador Presidente